

FALANDO DE ARMAS E DE FLORES

Tânia Miranda, historiadora, mestre em educação.

tania.miranda@terra.com.br

Hoje faz 47 anos que o Brasil foi vitimado por um golpe militar seguido de uma ditadura que durou 21 anos. Na condição de sobrevivente da resistência, sou instigada a trazer para o presente a memória desse movimento.

A ditadura deu forma extremada à violência do Estado. Ao aumentar a sanha repressiva, fez crescer em grupos de esquerda a ideia de que o único caminho para combatê-la seria através de ações armadas. A impossibilidade de participação institucional empurrou parte daqueles que se opunham ao regime para o caminho exclusivo das armas. Eram aqueles anos em que um furacão guerrilheiro varria as Américas, em que Che Guevara saiu de Cuba, armas e sonhos na mão, pelo Congo, Bolívia, e, quando morto, passou a estar em todas as partes do mundo: nas barricadas dos estudantes no maio de 1968 na França, na Alemanha, no México, em São Paulo e no Rio de Janeiro. É um paradoxo. A morte de Che, em 1967, era o sinal que apontava para a falência, naquela conjuntura, dessa forma de luta. Parte da esquerda brasileira, ao desconsiderar esse dado, vai para o ataque de peito aberto. E quando a luta se desloca para o terreno da clandestinidade, os embates se dão exatamente onde o inimigo é mais forte. Trata-se de uma luta desigual e de uma opção que, ignorando a correlação de forças, custaria inúmeras vidas. Difícil perceber isso com os olhos da época. Mas a oposição não foi apenas armada.

Zuenir Ventura, no antológico livro, *1968: o ano que não terminou*, recupera a memória desses atores sociais: “Esses nossos ‘heróis’ são os jovens que cresceram deixando o cabelo e a imaginação crescerem. Eles amavam os Beatles e os Rolling Stones, protestavam ao som de Chico ou Vandrê, viam Glauber e Godard, andavam com a alma incendiada de paixão revolucionária (...). Era uma juventude que se acreditava política e achava que tudo devia se submeter ao político: o amor, o sexo, a cultura, o comportamento”. A música de protesto ocupou seu espaço na luta contra a ditadura. Jovens entre 18 e 25 anos faziam a revolução tendo como armas somente poesia e o violão. Chico Buarque, ao chamar a mulher amada - *Benvinda* -, podia estar homenageando-a, como podia estar saudando a liberdade. Cantando o amor à mulher, cantava política. No discurso amoroso, a denúncia, o protesto.

Serão esses os jovens que ainda são nomeados de perigosos terroristas? Ou serão homens e mulheres que se deram a uma causa de corpo inteiro, adotando a forma de luta que lhes pareceu mais acertada? Esses atores sociais são, na sua maioria, jovens que enfrentaram a clandestinidade, a tortura, a morte brutal, resistindo à opressão. Homens e mulheres que não se dobraram à violência do Estado e arriscaram a vida em nome do que acreditavam. E para aqueles que acham que tudo não passou de uma romântica aventura, romantismo não era deformação ou vício, mas virtude plena.

A ditadura militar repousa na galeria dos fatos negativos da nossa história. Não mais ouvimos expressões do tipo: “revolução de 1964” – habilidosamente renomeada de movimento democrático. No entanto, a história desse período, a história da resistência, quando se faz presente no espaço escolar, ocupa ainda cantos obscuros da sala de aula. Essa é uma temática que habita uma região de sombras, apesar de numerosa e comovente historiografia, fruto de opções corajosas de sobreviventes e de historiadores que vêm recuperando sua memória, lutando pela devassa dos arquivos, escancarando e desmascarando histórias e versões.

A memória histórica constitui uma das mais fortes e sutis formas de dominação e de legitimação do poder. A institucionalização da memória oficial serve como justificadora do projeto político de dominação. Tradicionalmente, são os porta-vozes de grupos ou classe social hegemônica que impõem a sua visão, selecionando o que deve ser dito, os agentes sociais que devem ser lembrados e os que devem ser apagados da memória social. É preciso continuar criando as condições que permitam desmontar a trama dessa dominação, pois a espoliação das lembranças é um dos mais cruéis exercícios da opressão.

Publicado pelo jornal A tarde, Bahia, em 31 de março de 2011.